

- b) To disembark in Portugal international traffic in passengers, cargo and mail embarked in Johannesburg and/or Cape Town.

2 — To operate the services referred to in paragraph 2 of section II, the airlines designated by the Republic of South Africa shall have the right:

- a) To disembark in Lisboa and/or Funchal international traffic in passengers, cargo and mail embarked in South Africa; and  
 b) To disembark in South Africa international traffic in passengers, cargo and mail embarked in Lisboa and/or Funchal.

3 — The designated airlines of both Contracting Parties may omit calling at any of the above mentioned points provided that Johannesburg and/or Cape Town and Lisboa and/or Funchal are not so omitted. Inclusion or omission of such points shall be announced to the public in due time.

4 — The points in the Republic of South Africa and the points in the Republic of Portugal may be operated separately or in combination, in any association.

#### SECTION III

The designated airlines of either Contracting Party may operate intermediate and/or beyond points, at their choice, on the above specified routes, and shall have the right to carry traffic in passengers, cargo and mail between that Contracting Party's own territory and such points. No more than one such intermediate or beyond points shall be operated in each frequency, in the same direction with due cognizance being taken of paragraph 3 of section I of this annex.

#### SECTION IV

The designated airlines of either Contracting Party may have the right to take on or put down in the territory of the other Contracting Party international traffic in passengers, cargo and mail destined for or originated at an intermediate point on the routes specified in section I, subject to agreement between the aeronautical authorities of both Contracting Parties.

#### Resolução da Assembleia da República n.º 53/99

Aprova, para ratificação, o Acordo entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia sobre o Transporte Rodoviário Internacional e respectivo Protocolo, assinados em Moscovo a 22 de Julho de 1994.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, o Acordo entre a República Portuguesa e a Federação da Rússia sobre o Transporte Rodoviário Internacional e respectivo Protocolo, assinados em Moscovo a 22 de Julho de 1994, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa e russa seguem em anexo.

Aprovada em 16 de Abril de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

#### ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia, a seguir designados por Partes Contratantes:

Tomando em consideração o desenvolvimento das relações económicas e comerciais bilaterais; Desejosos de facilitar e desenvolver, numa base de reciprocidade, os transportes rodoviários de passageiros e de mercadorias entre os dois países, assim como em trânsito pelos respectivos territórios;

decidiram concluir o presente Acordo:

#### Artigo 1.º

Os transportes rodoviários regulares e não regulares de passageiros, incluindo os turísticos, assim como os transportes rodoviários de mercadorias, entre os dois países ou em trânsito pelos seus territórios, nas estradas abertas à circulação rodoviária internacional, por meio de veículos matriculados em Portugal ou na Rússia, efectuem-se em conformidade com o presente Acordo.

#### Transportes de passageiros

#### Artigo 2.º

1 — Os transportes regulares de passageiros em autocarro são autorizados de comum acordo pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

2 — Os órgãos competentes das Partes Contratantes procederão com antecedência ao intercâmbio das propostas para a realização destes transportes. Estas propostas devem incluir dados relativos ao nome de transportador (empresa), itinerário, horário, tarifas, locais de paragem onde estiver prevista a tomada e largada de passageiros e também ao período previsto e frequência da realização dos transportes.

3 — Quando as autoridades competentes das duas Partes Contratantes aprovarem as propostas referidas no n.º 2 do presente artigo, cada uma delas transmitirá à outra as autorizações para a circulação dos veículos no seu território, válidas para o período de exploração desta linha regular. Este período poderá ser prorrogado de comum acordo pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

#### Artigo 3.º

1 — A realização de transportes não regulares de passageiros em autocarro entre ambos os países ou em trânsito pelos seus territórios, com excepção dos previstos no artigo 4.º deste Acordo, carece de autorização concedida pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

2 — As autoridades competentes de cada Parte Contratante concederão a autorização para a parte do percurso situado no seu território.

3 — Cada transporte não regular de passageiros em autocarro carece de autorização, que será válida para uma viagem de ida e volta, salvo se outra coisa for prevista na mesma autorização.

4 — As autoridades competentes das Partes Contratantes procederão anualmente à troca de um número,

mutuamente acordado, de impressos de autorização para os transportes não regulares de passageiros em autocarro. Estes impressos devem ser assinados e carimbados pela autoridade competente que conceder a autorização.

#### Artigo 4.º

1 — Não carece de autorização o transporte não regular de um mesmo grupo de passageiros num mesmo autocarro durante toda a viagem quando:

- a) A viagem tiver origem e destino no território da Parte Contratante onde o autocarro estiver matriculado;
- b) A viagem tiver origem no território da Parte Contratante onde o autocarro estiver matriculado e destino no território da outra Parte Contratante, sempre que o autocarro abandonar este território em vazio.

2 — Não será exigida uma autorização para a substituição de um autocarro avariado por outro.

3 — O condutor do autocarro deve possuir uma relação dos passageiros transportados, nos casos previstos no n.º 1 deste artigo.

#### Transportes de mercadorias

#### Artigo 5.º

1 — Os transportes de mercadorias entre ambos os países, em trânsito pelos seus territórios, assim como de terceiros países para o território da outra Parte Contratante e do território da outra Parte Contratante para terceiros países, com excepção dos previstos no artigo 6.º deste Acordo, estão sujeitos a autorização concedida pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

2 — Cada transporte de mercadorias carece de uma autorização, que é válida para uma viagem de ida e volta, salvo se outra coisa for prevista na mesma autorização.

3 — A autorização confere ao transportador o direito de tomar mercadorias no retorno.

4 — As autoridades competentes das Partes Contratantes procederão anualmente à troca de um número mutuamente acordado de impressos de autorização para o transporte de mercadorias.

Estes impressos devem ser assinados e carimbados pela autoridade que conceder a autorização.

#### Artigo 6.º

1 — Não carecem das autorizações referidas no artigo 5.º do presente Acordo os transportes de:

- a) Amostras e artigos, equipamento e material destinados à realização de feiras e exposições;
- b) Veículos, animais, diversos equipamentos e bens destinados à realização de actividades desportivas;
- c) Equipamentos e material destinados a realizações teatrais, instrumentos musicais, equipamentos e acessórios destinados a transmissões radiofónicas, filmagens ou à televisão;
- d) Restos mortais;
- e) Correio;
- f) Veículos avariados;
- g) Mudanças.

Também não carece de autorização a circulação dos automóveis de assistência técnica.

2 — As excepções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do presente artigo apenas abrangem os transportes de mercadorias sujeitas a devolução ao país de matrícula do veículo ou destinadas a ser transportadas para o território de um terceiro país.

#### Artigo 7.º

1 — Quando as dimensões ou o peso do veículo, em carga ou em vazio, superem os limites máximos estabelecidos no território da outra Parte Contratante, assim como no caso de transporte de mercadorias perigosas, o transportador deve obter uma autorização especial das autoridades competentes da outra Parte Contratante.

2 — Se a autorização prevista no n.º 1 deste artigo prever um itinerário determinado, este deve ser respeitado.

#### Disposições gerais

#### Artigo 8.º

Os veículos que realizem transportes internacionais devem ter matrícula e sinais de identificação do país de origem.

#### Artigo 9.º

Não é permitida aos transportadores a realização de transportes de passageiros ou mercadorias entre dois pontos situados no território da outra Parte Contratante.

#### Artigo 10.º

1 — Os condutores de autocarros ou veículos de mercadorias devem possuir uma licença de condução nacional ou internacional correspondente à categoria do veículo conduzido e os documentos nacionais de registo relativos ao veículo.

2 — A licença de condução nacional ou internacional deve corresponder ao modelo estabelecido pela Convenção Internacional sobre Trânsito Rodoviário.

3 — A autorização e outros documentos exigidos pelas disposições do presente Acordo devem acompanhar o veículo a que correspondem e ser apresentados a pedido das autoridades competentes de controlo.

#### Artigo 11.º

Os pagamentos a que houver lugar em virtude da aplicação do presente Acordo serão efectuados em conformidade com os acordos de pagamentos vigentes entre as Partes Contratantes na data do pagamento.

#### Artigo 12.º

Os transportes de passageiros e de mercadorias realizados pelos transportadores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante em conformidade com o presente Acordo, assim como os veículos que os realizem, serão isentos dos impostos e taxas relativos à obtenção das autorizações previstas por este Acordo, à utilização ou conservação das estradas, à propriedade e utilização dos veículos.

### Artigo 13.º

1 — Nos transportes realizados no âmbito do presente Acordo são mutuamente concedidas franquias de direitos e taxas aduaneiras e autorizações no território da outra Parte Contratante para:

- a) O combustível contido nos depósitos normais ligados ao sistema de alimentação do motor, previstos para cada modelo de veículo;
- b) Lubrificantes em quantidade necessária para a manutenção durante o período de transporte.

2 — Cada Parte Contratante autorizará a importação temporária no seu território, com suspensão do pagamento de direitos e taxas aduaneiras e dispensa de prestação de garantia, de peças e ferramentas para a reparação do veículo que realiza o transporte internacional no âmbito do presente Acordo, devendo as peças não utilizadas ou as que tiverem sido substituídas ser reexportadas ou destruídas em conformidade com as disposições vigentes no território da respectiva Parte Contratante.

### Artigo 14.º

Os transportes de passageiros e de mercadorias em conformidade com o presente Acordo realizam-se sob condição do seguro obrigatório de responsabilidade civil. O transportador deve efectuar este seguro antes da realização do transporte.

### Artigo 15.º

Em relação aos controlos fronteiriços, aduaneiros e sanitários, assim como às normas em matéria dos transportes e de circulação rodoviária, serão aplicadas as disposições dos acordos internacionais subscritos por ambas as Partes Contratantes, e nas questões não previstas por estes acordos será aplicada a legislação interna de cada Parte Contratante.

### Artigo 16.º

Nos controlos fronteiriços, aduaneiros e sanitários será dada prioridade ao transporte de doentes graves, ao transporte regular de passageiros em autocarro e ao transporte de animais e mercadorias facilmente deterioráveis.

### Artigo 17.º

Os transportadores das Partes Contratantes devem observar as regras de circulação e demais legislação em vigor no país no território do qual circule o seu veículo.

### Artigo 18.º

1 — Em caso de infracção às disposições do presente Acordo, as autoridades competentes do país de matrícula do veículo, a pedido das autoridades competentes do país onde ocorrer a infracção, são obrigadas, independentemente da legislação vigente no seu país, a tomar uma das medidas seguintes:

- a) Advertência ao transportador infractor;
- b) Supressão, a título temporário ou definitivo, do direito de o transportador infractor efectuar transportes no território da Parte Contratante onde a infracção tenha sido cometida.

2 — As autoridades competentes da outra Parte Contratante serão informadas das medidas tomadas.

### Artigo 19.º

Para garantir o cumprimento do presente Acordo, as autoridades competentes das Partes Contratantes manterão contactos directos e realizarão reuniões periódicas para resolver as questões ligadas à interpretação e à aplicação do presente Acordo, à fixação do contingente de autorizações, assim como para a troca de informações sobre a utilização das autorizações concedidas.

### Artigo 20.º

As questões não abrangidas pelo presente Acordo ou pelos acordos internacionais subscritos por ambas as Partes Contratantes serão resolvidas segundo a legislação interna de cada Parte Contratante.

### Artigo 21.º

O presente Acordo não afecta os direitos e obrigações das Partes Contratantes em conformidade com outros acordos internacionais subscritos pelas Partes Contratantes.

### Artigo 22.º

1 — O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a data em que as Partes Contratantes se notificarem mutuamente, pelos canais diplomáticos, de que em cada uma delas foram cumpridas as formalidades jurídicas necessárias para a sua entrada em vigor.

2 — O presente Acordo é concluído por prazo indeterminado e será válido até 90 dias a partir da data em que uma das Partes Contratantes notifique, por canais diplomáticos, à outra Parte Contratante a sua intenção de o denunciar.

Feito em Moscovo, em 22 de Julho de 1994, em dois exemplares autênticos, em língua portuguesa e russa, fazendo os dois textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo da Federação da Rússia:



PROTOCOLO SOBRE A APLICAÇÃO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE O TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL.

Em relação à aplicação do Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação

da Rússia, assinado em Moscovo em 22 de Julho de 1994, foi acordado o seguinte:

1 — No contexto do presente Acordo, as autoridades competentes são:

Da Parte Portuguesa:

Para efeitos dos artigos 2.º, 3.º, 5.º, 18.º e 19.º — Direcção-Geral de Transportes Terrestres;

Para efeitos dos artigos 7.º e 10.º — Direcção-Geral de Viação;

Para efeitos do artigo 12.º — Direcção-Geral das Contribuições e Impostos;

Para efeitos do artigo 13.º — Direcção-Geral das Alfândegas.

Da Parte Russa:

Ministério dos Transportes da Federação da Rússia.

2 — Para efeitos do presente Acordo:

2.1 — O termo «veículo» designa:

Nos transportes de mercadorias — camião isolado, conjunto articulado e reboque, veículo tractor ou veículo tractor e semi-reboque;

Nos transportes de passageiros — autocarro, isto é, veículo automóvel afecto ao transporte de passageiros com pelo menos oito lugares sentados, exceptuando o do condutor, assim como os reboques para transporte de bagagem;

2.2 — O termo «transportes regulares de passageiros» designa transportes realizados por veículos das Partes Contratantes segundo itinerário de circulação, frequência, horário, com indicação de locais de origem e de destino e de pontos de paragem, assim como locais de tomada e largada de passageiros, previamente acordados;

2.3 — O termo «transportes não regulares de passageiros» designa todos os outros transportes de passageiros.

3 — Cada autorização prevista no artigo 3.º do Acordo será válida, sem excepções, em relação ao transporte bilateral ou em trânsito de ida e volta.

Cada autorização prevista no artigo 5.º do Acordo será válida, sem excepções, em relação ao transporte bilateral ou em trânsito de ida e volta, ou, dentro do limite do contingente especificamente fixado para o efeito, para um transporte realizado pelos transportadores de uma das Partes Contratantes entre o território da outra Parte Contratante e um país terceiro, ou vice-versa.

As autorizações previstas no artigo 5.º do Acordo não isentam os transportadores e proprietários de mercadorias da obrigatoriedade de obter, em conformidade com a legislação interna vigente em cada país, as necessárias autorizações aduaneiras para a importação, exportação ou trânsito de mercadorias.

4 — Nos transportes de mercadorias, os reboques e semi-reboques podem ter matrícula e sinais de identificação de outros países, desde que os camiões ou veículos tractores tenham matrícula e sinais de identificação russos ou portugueses.

5 — Cada Parte Contratante contribuirá para a obtenção em devido tempo dos vistos para os condutores dos veículos que realizam os transportes em conformidade

com o Acordo, bem como para os outros membros da tripulação.

6 — A disposição prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Acordo aplica-se apenas ao combustível contido nos depósitos montados pela empresa construtora só em veículos automóveis ou veículos tractores, assim como ao combustível contido nos depósitos montados em reboques ou semi-reboques e destinado a garantir o funcionamento das máquinas de frio dos refrigeradores.

7 — Nos artigos 15.º e 16.º do Acordo, pelo termo «controlo sanitário» entende-se o controlo sanitário, veterinário e fitossanitário.

8 — As auto-estradas, pontes e outras infra-estruturas rodoviárias sujeitas a portagens só poderão ser utilizadas mediante o pagamento das mesmas.

A Parte Portuguesa declarou que perto dessas infra-estruturas existem, paralelamente, outras estradas cuja utilização não está sujeita a qualquer pagamento.

9 — Na fixação dos contingentes de autorizações, as duas Partes actuarão no sentido de não limitar os transportes entre os dois países.

O presente Protocolo faz parte integrante do Acordo, sendo redigido em Moscovo em 22 de Julho de 1994, em dois exemplares autênticos, em língua portuguesa e russa, fazendo os dois exemplares igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo da Federação da Rússia:



#### ПРОТОКОЛ

о применении Соглашения между Правительством Португальской Республики и Правительством Российской Федерации о международном автомобильном сообщении

В отношении применения Соглашения между Правительством Португальской Республики и Правительством Российской Федерации о международном автомобильном сообщении, подписанного в г.Москве " " июля 1994 года, достигнута договоренность о нижеследующем:

I. В смысле названного Соглашения под компетентными органами следует понимать:

с Португальской Стороны:

по статьям 2,3,5,18 и 19 — Главное управление сухопутного транспорта;

по статье 7 и 10 — Главное управление дорожного движения;

по статье 12 — Главное управление налогов и налоговых сборов;

по статье 13 — Главное таможенное управление.

с Российской Стороны:

Министерство транспорта Российской Федерации.

2. В смысле названного Соглашения следует понимать:

2.1. под термином "автотранспортное средство":

при перевозке грузов — грузовой автомобиль, грузовой автомобиль с прицепом, автомобильный тягач или автомобильный тягач с полуприцепом;

при перевозке пассажиров — автобус, т.е. автотранспортное средство, предназначенное для перевозки пассажиров и имеющее не менее 8 мест для сидения, не считая места водителя, а также прицеп для перевозки багажа;

2.2. под термином "регулярные перевозки пассажиров" — перевозки, осуществляемые автотранспортными средствами Договаривающихся Сторон по заранее согласованному расписанию, маршруту следования, с указанием начального и конечного пунктов движения и остановочных пунктов, а также мест посадки и высадки пассажиров;

2.3. под термином "нерегулярные перевозки пассажиров" — все остальные перевозки пассажиров.

3. Каждое разрешение, предусмотренное статьей 3 Соглашения, действительно без исключения в отношении двусторонней и транзитной перевозки туда и обратно.

Каждое разрешение, предусмотренное статьей 5 Соглашения, действительно без исключения в отношении двусторонней и транзитной перевозки туда и обратно либо в рамках специально установленного в этих целях контингента, в отношении перевозки, осуществляемой перевозчиками одной из Договаривающихся Сторон между территорией другой Договаривающейся Стороны и третьей страной, или наоборот.

Разрешения, предусмотренные статьей 5 Соглашения, не освобождают перевозчиков и владельцев грузов от обязанности получить необходимые в соответствии с внутренним законодательством каждой страны таможенные разрешения на ввоз, вывоз и транзит грузов.

4. При осуществлении перевозок грузов прицепы и полуприцепы могут иметь регистрационные и отличительные знаки других стран при условии, что грузовые автомобили или автомобильные тягачи будут иметь регистрационный и отличительный знаки Португалии или России.

5. Каждая Договаривающаяся Сторона будет содействовать своевременному получению виз для водителей автотранспортных средств, осуществляющих перевозки в соответствии с Соглашением, а также для других членов экипажа.

6. Положение подпункта а) пункта I статьи I3 Соглашения распространяется только на горючее, находящееся в емкостях, установленных заводом-изготовителем только на автомобилях и автомобильных тягачах, а также на горючее, находящееся в емкостях, установленных на прицепах и полуприцепах, и предназначенное для работы холодильных установок рефрижераторов.

7. В статьях I5 и I6 Соглашения под термином "санитарный контроль" следует понимать санитарный, ветеринарный, а также фитосанитарный контроль.

8. Платные скоростные автодороги, мосты и другие автодорожные инфраструктуры могут использоваться только при условии оплаты за проезд по ним.

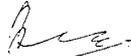
Португальская Сторона заявила, что вблизи этих дорог имеются другие дороги, за проезд по которым плата не взимается.

9. При установлении контингента разрешений обе стороны будут стремиться не ограничивать перевозки между двумя странами.

Настоящий Протокол, являющийся неотъемлемой частью Соглашения, составлен в г. Москве " " июля 1994 года в двух подлинных экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.

За Правительство Португальской Республики

За Правительство Российской Федерации

#### СОГЛАШЕНИЕ

между Правительством Португальской Республики и Правительством Российской Федерации о международном автомобильном сообщении

Правительство Португальской Республики и Правительство Российской Федерации,

в дальнейшем именуемые "Договаривающиеся Стороны", принимая во внимание развитие двусторонних торгово-экономических отношений,

желая облегчить и развивать на основе взаимности автомобильное пассажирское и грузовое сообщение между обеими странами и транзитом по их территориям,

решили заключить настоящее Соглашение.

#### Статья I

В соответствии с настоящим Соглашением осуществляются регулярные и нерегулярные автомобильные перевозки пассажиров, включая туристов, и грузов между обеими странами и транзитом по их территориям по дорогам, открытым для международного автомобильного сообщения, автотранспортными средствами, зарегистрированными в Португалии или в России.

#### ПЕРЕВОЗКИ ПАССАЖИРОВ

##### Статья 2

I. Регулярные перевозки пассажиров автобусами организуются по согласованию между компетентными органами Договаривающихся Сторон.

2. Предложения об организации таких перевозок заблаговременно передаются друг другу компетентными органами Договаривающихся Сторон. Эти предложения должны содержать данные относительно наименования перевозчика (фирмы), маршрута следования, расписания движения, тарифа, пунктов остановки, на которых перевозчик будет производить посадку и высадку пассажиров, а также намечаемого периода и регулярности выполнения перевозок.

3. После принятия компетентными органами Договаривающихся Сторон предложений, указанных в пункте 2 настоящей статьи, они передают друг другу разрешения на проезд автотранспортных средств по территории своей страны на период эксплуатации этой регулярной линии. Указанный период может продлеваться по взаимному согласию компетентных органов Договаривающихся Сторон.

##### Статья 3

I. Для осуществления нерегулярных перевозок пассажиров автобусами между обеими странами или транзитом по их территориям, за исключением перевозок, предусмотренных в статье 4 настоящего Соглашения, требуются разрешения, выдаваемые компетентными органами Договаривающихся Сторон.

2. Компетентные органы Договаривающихся Сторон будут выдавать разрешение на тот участок пути, который проходит по их территории.

3. На каждую нерегулярную перевозку пассажиров автобусом должно быть выдано отдельное разрешение, которое дает право на совершение одного рейса туда и обратно, если иное не оговорено в самом разрешении.

4. Компетентные органы Договаривающихся Сторон ежегодно будут передавать друг другу взаимно согласованное количество бланков разрешений для нерегулярных перевозок пассажиров. Эти бланки должны иметь печать и подпись компетентного органа, выдавшего разрешение.

##### Статья 4

I. Разрешений не требуется на выполнение нерегулярных перевозок пассажиров автобусами в случаях, когда группа пассажиров одного и того же состава перевозится на одном и том же автобусе в продолжение всей поездки:

а) если эта поездка начинается и заканчивается на территории той Договаривающейся Стороны, где зарегистрирован автобус;

б) если эта поездка начинается на территории Договаривающейся Стороны, где зарегистрирован автобус, и заканчивается на территории другой Договаривающейся Стороны, при условии, что автобус покидает эту территорию пустым.

2. Разрешение не требуется при замене неисправного автобуса другим автобусом.

3. При выполнении перевозок, предусмотренных в пункте I настоящей статьи, водитель автобуса должен иметь список пассажиров.

#### ПЕРЕВОЗКИ ГРУЗОВ

##### Статья 5

I. Перевозки грузов между обеими странами, транзитом по их территориям, а также из третьих стран на территорию другой Договаривающейся Стороны и с территории другой Договаривающейся Стороны в третьи страны, за исключением перевозок, предусмотренных в статье 6 настоящего Соглашения, осуществляются на основе разрешений, выдаваемых компетентными органами Договаривающихся Сторон.

2. На каждую перевозку грузов должно быть выдано отдельное разрешение, которое дает право на совершение одного рейса туда и обратно, если иное не оговорено в самом разрешении.

3. Разрешение дает перевозчику право взять на обратном пути груз.

4. Компетентные органы Договаривающихся Сторон ежегодно будут передавать друг другу взаимно согласованное количество бланков разрешений на перевозки грузов. Эти бланки должны иметь печать и подпись компетентного органа, выдавшего разрешение.

#### Статья 6

I. Разрешения, указанные в Статье 5 настоящего Соглашения, не требуются на выполнение перевозок:

- а) экспонатов, оборудования и материалов, предназначенных для ярмарок и выставок;
- б) транспортных средств, животных, а также различного инвентаря и имущества, предназначенных для проведения спортивных мероприятий;
- в) театральные декорации и реквизита, музыкальных инструментов, оборудования и принадлежностей для киносъема, радио- и телевизионных передач;
- г) тел и праха умерших;
- д) почты;
- е) поврежденных автотранспортных средств;
- ж) движимого имущества при переселении.

Разрешений не требуется также для проезда автомобилей технической помощи.

2. Исключения, предусмотренные в подпунктах "а", "б" и "в" пункта I настоящей статьи, действуют только в том случае, если груз подлежит возврату в страну, в которой зарегистрировано автотранспортное средство, или если груз будет перевозиться на территорию третьей страны.

#### Статья 7

I. Когда габариты или вес автотранспортного средства, сле-дующего без груза или с грузом, превышают установленные на территории другой Договаривающейся Стороны нормы, а также при перевозках опасных грузов перевозчик должен получить специальное разрешение компетентных органов другой Договаривающейся Стороны.

2. Если упомянутое в пункте I настоящей статьи разрешение предусматривает движение автотранспортного средства по определенному маршруту, перевозка должна осуществляться по этому маршруту.

#### ОБЩИЕ ПОСТАНОВЛЕНИЯ

#### Статья 8

Автотранспортные средства, осуществляющие международные перевозки, должны иметь регистрационный и отличительный знаки своей страны.

#### Статья 9

Перевозчику не разрешается осуществлять перевозки пассажиров и грузов между двумя пунктами, расположенными на территории другой Договаривающейся Стороны.

#### Статья 10

I. Водитель автобуса или грузового автомобиля должен иметь национальные или международные водительские права, соответствующие категории управляемого им автотранспортного средства, и национальные регистрационные документы на автотранспортное средство.

2. Национальные или международные водительские права должны соответствовать образцу, установленному международной Конвенцией о дорожном движении.

3. Разрешение и другие документы, которые требуются в соответствии с положениями настоящего Соглашения, должны находиться при автотранспортном средстве, к которому они относятся, и предъявляться по требованию компетентных контролирующих органов.

#### Статья 11

Платежи, осуществляемые в рамках настоящего Соглашения, будут производиться в соответствии с действующими между Договаривающимися Сторонами в день платежа соглашениями о платежах.

#### Статья 12

Перевозки пассажиров и грузов, осуществляемые перевозчиками одной из Договаривающихся Сторон по территории другой

Договаривающейся Стороны на основе настоящего Соглашения, а также автотранспортные средства, выполняющие эти перевозки, освобождаются от налогов и сборов, связанных с выдачей разрешений, предусмотренных настоящим Соглашением, с использованием или содержанием дорог, владением или использованием автотранспортных средств.

#### Статья 13

I. При выполнении перевозок на основании настоящего Соглашения взаимно освобождаются от таможенных сборов, пошлин и разрешений ввозимые на территорию другой Договаривающейся Стороны:

- а) горючее, находящееся в предусмотренных для каждой модели автотранспортного средства нормальных емкостях, связанных с системой питания двигателя;
- б) смазочные материалы в количествах, необходимых для употребления во время перевозки.

2. Каждая из Договаривающихся Сторон разрешает временный ввоз на свою территорию, с освобождением от уплаты таможенных сборов и пошлин и от гарантийных обязательств, запасных частей, предназначенных для ремонта автотранспортного средства, выполняющего международную перевозку в рамках настоящего Соглашения. Неиспользованные или замененные запасные части подлежат обратному вывозу или должны быть уничтожены в порядке, установленном на территории соответствующей Договаривающейся Стороны.

#### Статья 14

Перевозки пассажиров и грузов на основании настоящего Соглашения осуществляются при условии обязательного страхования гражданской ответственности. Перевозчик обязан произвести указанное страхование заранее.

#### Статья 15

В отношении пограничного, таможенного и санитарного контроля будут применяться положения международных договоров, участниками которых являются обе Договаривающиеся Стороны, а при решении вопросов, не урегулированных этими договорами, будет применяться внутреннее законодательство каждой из Договаривающихся Сторон.

#### Статья 16

Пограничный, таможенный и санитарный контроль при перевозках тяжелобольных, регулярных перевозках пассажиров автобусами, а также при перевозках животных и скоропортящихся грузов будет осуществляться вне очереди.

#### Статья 17

Перевозчики Договаривающихся Сторон обязаны соблюдать правила поведения и другие законы и правила страны, на территории которой находится автотранспортное средство.

#### Статья 18

I. В случае нарушения постановлений настоящего Соглашения компетентные органы страны, где зарегистрировано автотранспортное средство, обязаны по просьбе компетентных органов другой страны, в которой нарушение имело место, независимо от действующего законодательства своей страны выполнить одно из следующих мероприятий:

- а) сделать перевозчику-нарушителю предупреждение;
- б) лишить перевозчика на определенный срок либо постоянно права на осуществление перевозок по территории Договаривающейся Стороны, на которой нарушение имело место.

2. Компетентные органы другой Договаривающейся Стороны должны быть извещены о принятых мерах.

#### Статья 19

С целью обеспечения выполнения настоящего Соглашения компетентные органы Договаривающихся Сторон будут осуществлять непосредственные контакты, проводить периодические совещания для решения вопросов, связанных с толкованием и применением настоящего Соглашения, установлением контингента разрешений, равно как и для обмена информацией об использовании выданных разрешений.

#### Статья 20

Вопрос, не урегулированные настоящим Соглашением, а также международными договорами, участниками которых являются обе Договаривающиеся Стороны, будут решаться согласно внутреннему законодательству каждой из Договаривающихся Сторон.

## Статья 21

Настоящее Соглашение не затрагивает прав и обязательств Договаривавшихся Сторон, вытекающих из других заключенных ими международных договоров.

## Статья 22

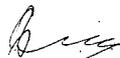
1. Настоящее Соглашение вступает в силу по истечении 30 дней со дня, когда Договаривавшиеся Стороны уведомят друг друга по дипломатическим каналам о том, что законодательные процедуры, необходимые для его вступления в силу, выполнены в каждой стране.

2. Настоящее Соглашение заключено на неопределенный срок и сохраняет свое действие впрямь до истечения 90 дней со дня, когда одна из Договаривавшихся Сторон по дипломатическим каналам сообщит другой Договаривавшейся Стороне о своем желании прекратить его действие.

Совершено в г. Москве " " июля 1994 года в двух подлинных экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.

За Правительство Португальской  
Республики.

За Правительство Российской  
Федерации

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto-Lei n.º 247/99

de 2 de Julho

O Decreto-Lei n.º 23/75, de 22 de Janeiro, previu que a situação dos servidores da ex-Administração Pública Ultramarina que continuassem a exercer funções públicas nos novos Estados, depois da independência, seria objecto de acordos de cooperação técnica a negociar com os governos desses novos Estados, nos quais se contemplaria, entre outros aspectos, a regulamentação do processo relativo à aposentação.

No entanto, só relativamente a Moçambique vigorou um acordo em cujo âmbito se incluía a consideração, para efeito de aposentação e de pensão de sobrevivência, do tempo de serviço prestado em data posterior à da independência.

Existem, pois, funcionários portugueses que, tendo permanecido nas ex-colónias após a independência destas, ao serviço dos novos Estados, sem que a sua actividade profissional tivesse sido protegida por acordos de cooperação, não têm possibilidade de ver o tempo de serviço aí prestado, naquele período, considerado para efeito de aposentação, apesar das expectativas criadas pelo Decreto-Lei n.º 23/75, de 22 de Janeiro.

Importa, assim, pôr termo a tal situação, que se revela de flagrante injustiça, possibilitando-se a contagem, para efeito de aposentação e de pensão de sobrevivência, mediante o pagamento das correspondentes quotas, e a requerimento dos interessados, do tempo de serviço prestado desde a data da independência até à do ingresso no quadro geral de adidos ou em qualquer outro quadro da Administração Pública metropolitana, ou até 31 de Dezembro de 1977, data limite prevista no Decreto-Lei n.º 356/77, de 31 de Agosto, para os funcionários que permaneceram nos novos Estados formularem o requerimento de ingresso naquele quadro.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o seguinte:

### Artigo 1.º

1 — Aos funcionários e agentes da antiga Administração Ultramarina que, antes do ingresso no quadro geral de adidos ou em qualquer outro quadro da Administração Pública, continuaram a exercer funções públicas ao serviço dos novos Estados de expressão oficial portuguesa é contado, para efeito de aposentação e de pensão de sobrevivência, por acréscimo ao tempo de subscritor da Caixa Geral de Aposentações e mediante o pagamento das correspondentes quotas, o tempo de serviço prestado desde a data da independência até 31 de Dezembro de 1977, ou até à data do ingresso no quadro geral de adidos ou em qualquer outro quadro da Administração Pública, quando anterior.

2 — As pensões de aposentação e de sobrevivência já calculadas à data da entrada em vigor deste diploma serão revistas, em conformidade com o disposto no n.º 1, mediante requerimento dos interessados dirigido à Caixa Geral de Aposentações.

3 — A revisão a que se refere o número anterior produzirá efeitos à data da entrada em vigor deste diploma, quando requerida no prazo de seis meses contado a partir da mesma data, ou a partir do 1.º dia do mês seguinte ao do requerimento, quando requerida depois desse prazo.

### Artigo 2.º

A prova do tempo de serviço a que se refere o n.º 1 do artigo anterior será feita por documento passado pelas autoridades dos novos Estados, com a assinatura do responsável reconhecida por agente diplomático ou consular português no Estado respectivo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Maio de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Jaime José Matos da Gama* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*.

Promulgado em 11 de Junho de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Junho de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

### Decreto-Lei n.º 248/99

de 2 de Julho

1 — A reparação das doenças profissionais apareceu na legislação da maioria dos países, incluindo Portugal, intimamente ligada à dos acidentes de trabalho, quer com a dupla designação, quer na formulação integrada de riscos profissionais. Os acidentes de trabalho e as